

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º Andar, Edifício Sede III - Brasília-DF - CNPJ 31.546476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2016

Relatório da Administração

Senhor Acionista,
Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao semestre findo em 30.06.2016, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º Andar, CEP 70073-901, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em junho de 2016, tinha 99,4% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) ao longo da vigência do contrato. ABB Leasing oferece, ainda, o Leasing Finance, que repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), o mercado de *leasing* vem apresentando queda tanto na quantidade de contratos quanto no montante de valor presente.

Os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do *leasing* para fomentar a produção nacional, sendo que o setor de atividade mais expressivo é o de serviços.

CARTEIRA

Em 30.06.2016, a carteira de Leasing Pessoa Jurídica totalizava 3.872 operações ativas, representando um saldo de R\$ 412,1 milhões. O Leasing Pessoa Física, por sua vez, contava com 66 operações ativas e saldo de R\$ 2,7 milhões.

A representatividade da carteira, por segmento, ficou distribuída em 47,8% para serviços, 27,8% para indústria, 23,8% para comércio e 0,6% para pessoas físicas. Em relação ao tipo de bem arrendado, veículos apresentaram participação de 56,5% e máquinas e equipamentos, 32,2%.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No primeiro semestre de 2016, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro da Empresa no período foi de R\$ 98.962 mil. Esse desempenho deveu-se às Receitas de Intermediação Financeira, com destaque para o resultado com instrumentos financeiros derivativos, das operações com títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	30.06.2016	30.06.2015
CIRCULANTE		58.589.497	51.487.727
Disponibilidades	4	113	177
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	3.768.895	3.459.967
Aplicações no mercado aberto		3.768.895	3.459.967
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		54.836.425	48.026.640
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	54.836.425	48.026.640
Operações de Arrendamento Mercantil		(37.831)	(13.728)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	118.859	122.294
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(115.394)	(120.727)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(41.296)	(15.295)
Outros Créditos		19.899	12.639
Diversos	8.a	19.899	12.639
Outros Valores e Bens		1.996	2.032
Outros valores e bens	9.a	927	886
(Provisões para desvalorização)	9.a	(377)	(373)
Despesas antecipadas	9.b	1.446	1.519
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		536.702	469.318
Operações de Arrendamento Mercantil		(28.138)	(9.934)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	123.339	159.631
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(123.339)	(159.631)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(28.138)	(9.934)
Outros Créditos		564.589	478.961
Diversos	8.a	564.589	478.961
(Provisão para outros créditos)	8.b	(1.303)	(1.163)
Outros Valores e Bens		251	291
Despesas antecipadas	9.b	251	291
PERMANENTE		718.593	813.773
Investimentos		--	--
Outros investimentos		520	520
(Provisão para perdas)		(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento		718.593	813.773
Bens arrendados	10.a	799.024	901.957
(Depreciação acumulada)	10.c	(80.431)	(88.184)
TOTAL DO ATIVO		59.844.792	52.770.818

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	1º Sem/2016	1º Sem/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.857.730	3.061.032
Operações de crédito	7.g	1.337	2.720
Operações de arrendamento mercantil	7.b	143.333	168.249
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	235.752	192.388
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	3.477.308	2.697.675
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.595.940)	(2.818.789)
Operações de captação no mercado	11.b	(3.447.548)	(2.680.032)
Operações de empréstimos e repasses	12.b	(8)	(17)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(102.955)	(126.452)
Provisões para arrendamentos/outros créditos		(45.429)	(12.288)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		261.790	242.243
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(73.747)	(14.517)
Despesas de pessoal	14.a	(1.024)	(787)
Outras despesas administrativas	14.b	(4.957)	(4.628)
Despesas tributárias	17.c	(15.442)	(13.179)
Outras receitas operacionais	14.c	11.511	9.879
Outras despesas operacionais	14.d	(63.835)	(5.802)
RESULTADO OPERACIONAL		188.043	227.726
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1)	(1)
Receitas não operacionais	15	--	21
Despesas não operacionais		(1)	(22)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		188.042	227.725
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(89.080)	(9.917)
LUCRO LÍQUIDO		98.962	217.808
Número de Ações		3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)		32,99	72,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2014		3.261.860	41.399	589.936	--	3.893.195
Lucro Líquido do Semestre	16.c	--	--	--	217.808	217.808
Destinações:						
Reservas	16.c	--	10.890	155.188	(166.078)	--
Dividendos (R\$ 17.243,11 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(51.730)	(51.730)
Saldos em 30.06.2015		3.261.860	52.289	745.124	--	4.059.273
Mutações do Semestre		--	10.890	155.188	--	166.078
Saldos em 31.12.2015		3.261.860	59.398	846.425	--	4.167.683
Lucro Líquido do Semestre	16.c	--	--	--	98.962	98.962
Destinações:						
Reservas	16.c	--	4.948	70.511	(75.459)	--
Dividendos (R\$ 7.834,51 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(23.503)	(23.503)
Saldos em 30.06.2016		3.261.860	64.346	916.936	--	4.243.142
Mutações do Semestre		--	4.948	70.511	--	75.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1 – A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco G, Lote 32, 13º andar, Ed. Sede III, CEP 70073-901 – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Financeiro e realiza, periodicamente, a avaliação dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional da Empresa.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das commodities.

No primeiro semestre de 2016 não houve exposição relevante ao risco de mercado da BB Leasing. O mapa de descasamento de indexadores da Empresa é elaborado mensalmente e reportado no Comitê Executivo de Riscos de Mercado e de Liquidez do Conglomerado BB. Adicionalmente, é importante destacar que eventuais exposições da Empresa ao risco de mercado, não relacionadas à sua estratégia, são transferidas para o BB Banco Múltiplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a ocorrência de descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil, por meio da Diretoria de Finanças (DIFIN), faz a gestão de caixa da BB Leasing.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de contrato de crédito ou de arrendamento decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As exposições referentes às operações de *leasing* são consideradas na gestão da carteira de crédito do Banco Múltiplo. As políticas de crédito, estratégias e a tolerância a risco de crédito definidas para o BB consideram as exposições de *leasing* da entidade. Os processos, procedimentos e sistemas adotados no gerenciamento do risco de crédito do Banco Múltiplo abrangem também as operações da BB Leasing.

O saldo em operações de *leasing* totalizou R\$ 414,8 milhões em jun/2016, o que representa um decréscimo de 19,03% em relação aos últimos 12 meses.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco do Brasil.

A Unidade de Risco Operacional (URO) do Banco é responsável pela execução das atividades relacionadas à gestão do risco operacional na BB Leasing. Em 2016, dentre as atividades relacionadas à gestão do risco operacional da BB Leasing, a URO vem concentrando seus esforços na identificação dos riscos operacionais de processo relevantes, utilizando a mesma metodologia aplicada aos processos do Banco do Brasil.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do ano de 2016, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2016	30.06.2015
CIRCULANTE		341.180	299.826
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	235	358
Finame		235	358
Instrumentos Financeiros Derivativos		--	267
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	--	267
Outras Obrigações		340.945	299.201
Sociais e estatutárias	13.a	23.503	51.730
Fiscais e previdenciárias	13.b	125.416	104.282
Diversas	13.c	192.026	143.189
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		55.260.470	48.411.719
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		54.749.146	47.987.885
Recursos de debêntures	11.a	54.749.146	47.987.885
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		599	820
Finame		599	820
Outras Obrigações		510.725	423.014
Fiscais e previdenciárias	13.b	334.905	233.273
Diversas	13.c	175.820	189.741
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.243.142	4.059.273
Capital		3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	16.a	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros		981.282	797.413
16.b			
TOTAL DO PASSIVO		59.844.792	52.770.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	1º Sem/2016	1º Sem/2015
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	188.042	227.725
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	150.661	99.998
Provisão para operações de arrendamento mercantil	45.347	12.199
Provisão para outros créditos	82	89
Depreciações de bens arrendados	91.172	105.825
Amortização de perdas	8.892	10.361
Superveniência de depreciação	(47.071)	(24.388)
Reforço (Reversão) de provisões cíveis e fiscais	52.239	(4.088)
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	338.703	327.723
Variações Patrimoniais	(3.616.961)	(2.801.818)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(687)	(216)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	(3.477.308)	(2.697.675)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos créditos tributários	171.712	(100.159)
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	213	(143)
Aumento (Redução) em imposto de renda e contribuição social pagos	(137.566)	(106.392)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(173.325)	102.767
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(3.278.258)	(2.474.095)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(45.530)	(113.466)
Alienação de imobil		

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º Andar, Edifício Sede III - Brasília-DF - CNPJ 31.546476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2016

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, visando atender recursos de curto prazo (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular n.º 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Aliquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota de 15% até 31.08.2015 e de 20% a partir de 01.09.2015, conforme Lei n.º 13.169/2015.

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O Imobilizado de arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às taxas anuais previstas na Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31.12.1998: aeronaves – 10%, instalações – 10%, embarcações – 5% a 20%, veículos e afins – 10% a 25%, máquinas e equipamentos – 10% a 33,3%, imóveis – 4%, móveis – 4% a 10%, aceleradas em 30%, quando aplicável (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 20.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 20.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades	113	177
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	3.768.895	3.459.967
Total	3.769.008	3.460.144

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	3.768.895	3.459.967
Total	3.768.895	3.459.967
Ativo circulante	3.768.895	3.459.967

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada	235.752	192.388
Total	235.752	192.388

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 30.06.2016 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de *Swap*, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

O valor de mercado dos derivativos foi estimado de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês.

Nas técnicas de avaliação utilizadas são usados preços cotados em mercado ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

	30.06.2016			30.06.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa	164.496.681	54.832.227	54.836.425	96.045.442	48.022.721	48.026.640
Contratos de opções – de compra - Pré	54.832.227	741.957	1.334.960	48.022.721	672.192	1.062.996
Contratos de opções – de venda - Pré	54.832.227	54.090.270	53.501.232	48.022.721	47.350.529	46.963.644
Contratos de <i>swap</i> – CDI/Pré	54.832.227	--	233	--	--	--
Ativo circulante	--	--	54.836.425	--	--	48.026.640
Posição passiva	--	--	--	48.022.721	--	(267)
Contratos de <i>swap</i> – CDI/Pré	--	--	--	48.022.721	--	(267)
Passivo circulante	--	--	--	--	--	(267)
Operações com prazo de vencimento de até 30 dias.						

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Mercado de opções – box duas pontas	3.485.656	2.700.197
Swap	(8.348)	(2.522)
Total	3.477.308	2.697.675

7 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	242.198	281.925
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	242.198	281.925
Ativo circulante	118.859	122.294
Ativo realizável a longo prazo	123.339	159.631

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(238.733)	(280.358)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(238.733)	(280.358)
Ativo circulante	(115.394)	(120.727)
Ativo realizável a longo prazo	(123.339)	(159.631)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Receitas de arrendamento mercantil	143.333	168.249
Arrendamentos financeiros	143.333	168.249
Despesas de arrendamento mercantil	(102.955)	(126.452)
Arrendamentos financeiros	(102.955)	(126.452)
Total	40.378	41.797

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Nessas demonstrações, apresentamos a carteira de crédito por setores de atividade econômica de modo mais amplo, de acordo com a atividade econômica principal do tomador de crédito, observada a aderência ao setor econômico do grupo controlador, quando aplicável, bem como em conformidade com as melhores práticas de mercado.

	30.06.2016		30.06.2015	
		%		%
Setor privado	2.673	0,6	4.821	0,9
Pessoa física	412.095	99,4	507.443	99,1
Pessoa jurídica	261.378	6,0	973.578	19,9
Serviços	92.637	22,3	109.793	21,4
Transportes	61.597	14,9	77.671	15,2
Automotivo	30.608	7,4	30.243	5,9
Atividades específicas da construção	27.559	6,6	38.587	7,5
Comércio varejista	23.942	5,8	27.420	5,4
Mineração e metalurgia	23.511	5,7	31.407	6,1
Eletroeletrônico	15.051	3,6	14.076	2,7
Agronegócio de origem animal	14.501	3,5	17.860	3,5
Construção pesada	14.316	3,5	26.420	5,2
Químico	13.747	3,3	16.029	3,1
Agronegócio de origem vegetal	13.106	3,2	13.523	2,7
Petroleiro	12.947	3,1	14.765	2,9
Telecomunicações	10.395	2,5	14.538	2,8
Imobiliário	10.093	2,4	18.629	3,6
Papel e celulose	9.182	2,2	8.481	1,7
Insumos agrícolas	8.280	2,0	8.842	1,7
Madeireiro e moveleiro	7.532	1,8	9.009	1,8
Comércio atacadista e indústrias diversas	7.463	1,8	10.311	2,0
Têxtil e confecções	6.828	1,7	8.668	1,7
Energia elétrica	6.010	1,4	6.518	1,3
Demais atividades	2.790	0,7	4.653	0,9
Total	414.768	100,0	512.264	100,0

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	R\$ mil		
	Nota	30.06.2016	30.06.2015
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos		242.198	281.925
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber		(238.733)	(280.358)
Imobilizado de arrendamento financeiro	10.a	718.593	813.773
Cretores por antecipação de valor residual		(307.290)	(303.076)
Valor presente dos contratos de arrendamentos financeiros/outras operações		414.768	512.264

d) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

	R\$ mil										
	30.06.2016	30.06.2015									
Operações em Curso Normal	30.06.2016	30.06.2015									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Parcelas Vincendas											
01 a 30	8.726	2.929	5.608	756	173	559	109	50	341	19.251	23.128
31 a 60	8.560	2.906	5.515	690	176	565	110	49	358	18.929	22.187
61 a 90	8.253	2.882	5.367	586	173	546	108	46	353	18.314	21.923
91 a 180	22.303	7.903	14.236	1.571	494	1.408	292	129	1.023	49.359	61.409
181 a 360	37.722	13.253	23.381	2							

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º Andar, Edifício Sede III - Brasília-DF - CNPJ 31.546476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2016

8 – OUTROS CRÉDITOS

Composição	Nota	R\$ mil	
		30.06.2016	30.06.2015
Diversos			
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	17.e	520.235	438.408
Impostos e contribuições a compensar		23.165	18.679
Devedores por depósitos em garantia	20.d	40.498	33.614
Outros		1.893	2.062
Subtotal		585.791	492.763
(Provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito) ⁽¹⁾		(1.303)	(1.163)
Total		584.488	491.600

Ativo circulante		12.639
Ativo realizável a longo prazo		478.961
(1) Trata-se de provisão para recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.249 mil (R\$ 1.111 mil em 30.06.2015) e desvalorização de incentivos fiscais – Finor, no valor de R\$ 54 mil (R\$ 52 mil em 30.06.2015).		

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Saldo inicial	(1.453)	(1.086)
Reversão/(reforço)	150	(77)
Saldo final	(1.303)	(1.163)
Ativo realizável a longo prazo	(1.303)	(1.163)

9 – OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Máquinas e equipamentos	559	558
Veículos e afins	282	242
Bens em regime especial	86	86
Subtotal	927	886
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(377)	(373)
Total	550	513
Ativo circulante	550	513

(1) Trata-se de provisão para bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Despesas de seguros ⁽¹⁾	1.406	1.478
Comissões pela colocação de debêntures	291	332
Total	1.697	1.810
Ativo circulante	1.446	1.519
Ativo realizável a longo prazo	251	291

(1) Refere-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

10 – IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	798.370	901.048
Veículos e afins	382.510	419.959
Máquinas e equipamentos	316.955	370.673
Aeronaves	26.384	28.372
Móveis	11.924	14.742
Instalações	8.714	8.700
Imóveis	7.862	7.862
Embarcações	8.406	8.879
Outros	35.615	41.861
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	88.044	101.180
Outros bens	--	1.949
Amortização acumulada ⁽¹⁾	(52.429)	(61.268)
Superveniências de depreciações	347.520	312.416
Depreciação acumulada	(427.951)	(400.600)
Diferido	654	909
Perdas em arrendamentos a amortizar	2.570	5.375
Amortização acumulada do diferido	(1.916)	(4.466)
Total	718.593	813.773

(1) Adequação à Resolução CMN n.º 3.617/2008, de 30.09.2008, pelos valores acumulados de 01.10.2008 até 30.06.2016.

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.e, apresentando a seguinte posição:

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Valor presente	722.058	815.340
Credores por antecipação de valor residual	307.290	303.076
Valor presente das operações de arrendamento	414.768	512.264
(-) Valor contábil das operações	374.538	502.924
Arrendamentos a receber – recursos internos	242.198	281.925
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(238.733)	(280.358)
Valores residuais a realizar	255.336	337.328
Valores residuais a balancear	(255.336)	(337.328)
Bens arrendados	798.370	901.048
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(427.951)	(400.600)
Perdas em arrendamentos a amortizar	2.570	5.375
Amortização acumulada do diferido	(1.916)	(4.466)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	347.520	312.416

c) Depreciação Acumulada

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(427.951)	(400.600)
(-) Superveniências de depreciações	347.520	312.416
(=) Depreciação acumulada	(80.431)	(88.184)

d) Outras Informações

O seguro do imobilizado de arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

O pagamento do principal e encargos ocorrerá no vencimento.

Emissão	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração	Valor Contábil	
				30.06.2016	30.06.2015
Março/2013	20.000.000	2023	100% CDI	28.660.112	25.120.724
Maior/2014	20.000.000	2024	100% CDI	26.089.034	22.867.161
Total				54.749.146	47.987.885
Passivo exigível a longo prazo				54.749.146	47.987.885

b) Despesas de Captações no Mercado

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Remuneração – juros ⁽¹⁾	(3.447.528)	(2.680.012)
Outros	(20)	(20)
Total	(3.447.548)	(2.680.032)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento, que deve ocorrer na data de vencimento.

12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

Programa	Taxa de Atualização	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	de 5 a 15 anos	R\$ mil	
							30.06.2016	30.06.2015
BNDES/Finame	1,50% a 8,3% a.a. ou TJLP + 2,3% a 5,5% a.a.	70	165	433	166	--	834	1.178

Passivo circulante		235	358
Passivo exigível a longo prazo		599	820
A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES n.º 196 – item 9.			

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Despesas de obrigações por repasses – BNDES/Finame	(8)	(17)
Total	(8)	(17)

13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Dividendos e bonificações a pagar	23.503	51.730
Total	23.503	51.730
Passivo circulante	23.503	51.730

b) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil		
	Nota	30.06.2016	30.06.2015
Provisão para impostos e contribuições diferidos	17.d	340.714	245.317
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar		100.422	76.435
Provisão para riscos fiscais	20.b	16.479	12.732
Impostos e contribuições a recolher		2.706	3.071
Total		460.321	337.555
Passivo circulante		125.416	104.282
Passivo exigível a longo prazo		334.905	233.273

c) Diversas

	R\$ mil		
	Nota	30.06.2016	30.06.2015
Credores por antecipação de valor residual ⁽¹⁾		307.290	303.076
Provisão para demandas cíveis	20.b	59.589	7.150
Credores diversos – país ⁽²⁾		489	19.800
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾		478	2.904
Total		367.846	332.930
Passivo circulante		192.026	143.189
Passivo exigível a longo prazo		175.820	189.741

(1) Valor residual garantido recebido dos arrendatários.

(2) Inclui o montante de R\$ 297 mil (R\$ 19.363 mil em 30.06.2015), referente a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.

(3) Inclui o montante de R\$ 203 mil (R\$ 2.650 mil em 30.06.2015), referente a valor a pagar ao Banco do Brasil por adiantamentos a fornecedores.

14 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal

	R\$ mil		
	1º Sem/2016	1º Sem/2015	
Proventos	(601)	(451)	
Encargos sociais	(309)	(237)	
Honorários – Conselho Fiscal	(64)	(65)	
Benefícios	(50)	(34)	
Total	(1.024)	(787)	

b) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil		
	1º Sem/2016	1º Sem/2015	
Serviços do sistema financeiro	(4.014)	(3.568)	
Seguros	(337)	(306)	
Tarifa/Comissão de fiança ⁽¹⁾	(258)	(229)	
Corretagens e emolumentos	(168)	(207)	
Publicações	(70)	(44)	
Emolumentos judiciais e cartorários	(30)	(57)	
Outras	(80)	(217)	
Total	(4.957)	(4.628)	

(1) Despesa reclassificada de "Outras Despesas Operacionais" para "Outras Despesas Administrativas", conforme orientação de súmula do Bacen.

c) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil		
	Nota	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Reversão de provisão para passivos contingentes	20.b	9.850	8.607
De devedores por depósitos em garantia		1.519	1.111
Outras		142	161
Total		11.511	9.879

d) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil		
	Nota	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Provisão para passivos contingentes	20.b	(62.089)	(4.518)
Atualização monetária de dividendos		(681)	(682)
Despesas com acordo judicial		(460)	(153)
BB – suporte operacional		(293)	(231)
BB – custos indiretos		(119)	(99)
Registro de contratos		(97)	(103)
Outras		(96)	(16)
Total		(63.835)	(5.802)

15 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	1º Sem/2016	1º Sem/2015	
Receitas não operacionais	--	21	
Reversão de provisão não operacional	--	21	
Despesas não operacionais	(1)	(22)	
Desvalorização de outros valores e bens	--	(21)	
Prejuízo em transações com valores e bens	(1)	(1)	
Total	(1)	(1)	

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 3.261.860 mil em 30.06.2016 e 30.06.2015, está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 4.243.142 mil (R\$ 4.059.273 mil em 30.06.2015) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.414,38 por ação (R\$ 1.353,09 por ação em 30.06.2015).

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil		
	30.06.2016	30.06.2015	
Reserva legal	64.346	52.289	
Reserva estatutária	916.936	745.124	
Margem operacional	916.936	745.124	
Total	981.282	797.413	

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	R\$ mil		
	1º Sem/2016	1º Sem/2015	
Base de cálculo:	94.014	206.918	
Lucro líquido	98.962	217.808	
Reserva legal constituída no período	(4.948)	(10.890)	
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	23.503	51.730	
Total destinado ao acionista	23.503	51.730	

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º Andar, Edifício Sede III - Brasília-DF - CNPJ 31.546476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2016

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2016, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	R\$ mil	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2016	12.282	11.843
Em 2017	30.814	28.202
Em 2018	40.436	34.800
Em 2019	76.457	61.640
Em 2020	79.598	60.101
Em 2021	93.437	66.529
Em 2022	106.105	71.527
Em 2023	69.749	44.965
Em 2024	10.873	6.699
Em 2025	484	284
Total	520.235	386.590

No 1º semestre de 2016, observou-se a realização dos créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 453.282 mil, superior à respectiva projeção de utilização para o período de 2016, que consta no estudo técnico elaborado no encerramento de 2015 (R\$ 10.188 mil).

18 – PARTES RELACIONADAS

Os custos com benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Leasing foram de R\$ 64 mil (R\$ 65 mil no 1º semestre de 2015).

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Leasing com o Controlador em 30.06.2016 e 30.06.2015 e seus respectivos resultados:

	Nota	R\$ mil	
		30.06.2016	30.06.2015
Ativos			
Disponibilidades	4	113	177
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	5.a	3.768.895	3.459.967
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	54.836.425	48.026.640
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	--	267
Recursos de debêntures	11.a	54.749.146	47.987.885
Dividendos e bonificações a pagar	13.a	23.503	51.730
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.c	478	2.904

Demonstração do Resultado

	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	235.752
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	3.477.308
Despesas de captação no mercado	11.b	(3.447.528)
Despesas de pessoal	14.a	(1.024)
Corretagens e emolumentos	14.b	(168)
Emolumentos judiciais e cartorários	14.b	(30)
Atualização monetária de dividendos	14.d	(681)
BB-suporte operacional	14.d	(293)
Tarifa/Comissão de fiança	14.b	(258)
Outras despesas administrativas	(305)	(284)

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarcir ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria e ao Acionista da

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("BB Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre, findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Banco do Brasil optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução 3.198/2004, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entre elas a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (BB Leasing).

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente.

Os administradores da BB Leasing são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Leasing está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares com a Administração e também com executivos do Banco das áreas que prestam serviços à BB Leasing, tais como: auditoria, controles internos, gestão de riscos, risco operacional, contabilidade, segurança, e governança.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a impactos do cenário econômico nos negócios da subsidiária, governança corporativa, processo de conciliação contábil, demandas e depósitos judiciais e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Demandas fiscais		
Saldo inicial	16.745	17.625
Constituição	6.496	1.682
Reversão da provisão	(6.762)	(6.575)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	16.479	12.732
Demandas cíveis		
Saldo inicial	7.084	6.346
Constituição	55.593	2.836
Reversão da provisão	(3.088)	(2.032)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	59.589	7.150
Total	76.068	19.882

Cronograma esperado de desembolsos

	R\$ mil	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	8.848	48.527
De 5 a 10 anos	5.755	10.805
Acima de 10 anos	1.876	257
Total	16.479	59.589

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Demandas fiscais	48.098	77.344
Demandas cíveis ⁽¹⁾	5.946	623.283
Total	54.044	700.627

(1) No 1º semestre de 2016, houve um agravamento de risco de ações cíveis com reclassificação de possível para provável e simultânea redução da estimativa de valor.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	R\$ mil	
	30.06.2016	30.06.2015
Demandas cíveis	34.551	28.113
Demandas fiscais	5.947	5.501
Total	40.498	33.614

21 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Lei n.º 13.097 (Conversão da MP n.º 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, alterou os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

b) Lei n.º 13.169/2015 (Conversão da MP n.º 675/2015)

A Lei n.º 13.169, de 06.10.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 675/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização de 15% para 20% para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A lei prevê, ainda, o retorno da alíquota da CSLL a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Leasing. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

ABB Leasing registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa às demonstrações contábeis n.º 10.b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei n.º 6.099/74, para as rubricas dos ativos circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre, findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 11 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2



O Comitê revisou as demonstrações contábeis e notas explicativas e os relatórios da administração e do auditor independente.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing em 30/06/2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2016.

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola Santos

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Antonio Mauricio Maurano

DIRETOR-VICE-PRESIDENTE

José Mauricio Pereira Coelho

DIRETORA-GERENTE

Wilsa Figueiredo

CONSELHO FISCAL

Ricardo Botelho (Presidente)

Erivaldo Alfredo Gomes

Miguel Ragone de Mattos

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87